

## Inovação e Transformação Digital na Justiça: uma Revisão Sistemática de Literatura

**Sandra Patrícia Marques Pereira (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)**

**Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra / Direção-Geral da Política de Justiça)**

**João Abreu de Faria Bilhim (Universidade de Brasília)**

Tema: Inovações, inteligência artificial e tecnologias de informação e comunicação em sistemas de justiça

### RESUMO

A presente investigação tem como objetivo desenvolver um mapeamento de estudos sobre a inovação e a transformação digital no setor da justiça. Foram definidas cinco perguntas de investigação: 1) Que tipo de inovações e transformações digitais são implementadas no setor da justiça? 2) Quais são os objetivos da inovação e transformação digital do setor da justiça? 3) Quais os antecedentes que influenciam o processo de inovação e transformação digital do setor da justiça? 4) Quais são os resultados do processo de inovação e transformação digital do setor da justiça? Metodologicamente, foi realizada uma revisão sistemática de literatura e para tal foi adotado o protocolo PRISMA. Foram analisados 140 artigos científicos, *conference papers*, livros e documentos organizacionais sobre inovação e transformação digital na justiça publicados entre 2001 e 2022. Estes estudos foram analisados com base no enquadramento heurístico de inovação no setor público validado por Vries et al. (2015) que considera cinco grandes dimensões, nomeadamente 1) definições de inovação; 2) tipos de inovação; 3) objetivos da inovação; 4) antecedentes da inovação; e 5) resultados da inovação.

**Palavras-Chave:** Inovação; Transformação digital; *e-Justice*; Justiça digital; Governança Eletrónica.



## Introdução

As políticas públicas de inovação e transformação digital para melhorar os serviços públicos são incontornáveis. Iniciativas de justiça eletrônica ou ejustice são desenvolvidas para entregar ao cidadão um serviço melhor, mais aberto, transparente, acessível e efetivo. Todavia, ao contrário de outras áreas públicas, a justiça apresenta desafios e riscos, tais como a sensibilidade dos processos, as limitações legais, a independência do sistema do judiciário, o desenho do sistema de justiça, a interoperabilidade e a relação com o cidadão (Yavuz et al., 2022).

A presente investigação tem como objetivo oferecer uma visão ampla sobre a inovação e a transformação digital no setor da justiça e compreender como tem sido estudada. Foram definidas cinco perguntas de investigação: 1) Que tipo de inovações e transformações digitais são implementadas no setor da justiça? 2) Quais são os objetivos da inovação e transformação digital do setor da justiça? 3) Quais os antecedentes que influenciam o processo de inovação e transformação digital do setor da justiça? 4) Quais são os resultados do processo de inovação e transformação digital do setor da justiça?

Através de uma revisão de literatura sistemática, foram analisados 140 artigos científicos, *conference papers*, livros e documentos organizacionais sobre inovação e transformação digital na justiça publicados entre 2001 e 2022. Estes estudos foram analisados com base no enquadramento heurístico de inovação no setor público validado por Vries et al. (2015) que considera cinco grandes dimensões, nomeadamente 1) definições de inovação; 2) tipos de inovação; 3) objetivos da inovação; 4) antecedentes da inovação; e 5) resultados da inovação.

Esta investigação pretende contribuir para a academia e área do conhecimento da administração da justiça em três pontos centrais. A primeira contribuição é metodológica, apesar dos passos de Yavuz et al. (2022) com uma revisão a 36 publicações relevantes, consideramos ser necessária uma visão mais ampla e sistemática abrangente da inovação e transformação digital no setor da justiça, de forma a compreendermos os seus antecedentes, os tipos de inovação e transformações implementadas no setor e os resultados que estão a ser alcançados, de forma a melhor preparar o terreno futuro da área funcional. Uma outra contribuição é conceptual, de forma a compreender como é que os conceitos relacionados com a inovação e transformação estão a ser operacionalizados e medidos na área da administração da justiça. Uma terceira contribuição diz respeito aos antecedentes do processo de inovação e transformação, permitindo com este trabalho realizar um mapeamento desses antecedentes. Por fim, contribui-se para a área de conhecimento ao adaptar o enquadramento heurístico de inovação no setor público validado por Vries et al. (2015) no setor da justiça, sendo assim proposto um enquadramento de inovação e transformação digital no setor da justiça que compreende os antecedentes (contextuais, institucionais e individuais), as características da inovação e transformação digital, os tipos de inovação e transformação digital e os resultados dos vários processos de inovação e transformação digital na justiça.



## Metodologia

A presente investigação tem como objetivo desenvolver um mapeamento de estudos sobre a inovação e a transformação digital no setor da justiça. Para tal, foi realizada uma revisão sistemática de literatura e para tal foi adotado o protocolo PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (Page et al., 2021). O desenho de investigação adotado neste trabalho está alinhados com outras revisões de literatura sistemáticas na área das ciências sociais tais como Vries et al. (2015) e Scognamiglio et al. (2023).

Seguindo as indicações do protocolo PRISMA, na procura de literatura foram utilizadas quatro estratégias de forma a identificar estudos elegíveis para a investigação (Cooper, 2016), nomeadamente 1) área científica; 2) tópico; 3) desenho de investigação; 4) ano de publicação. Relativaente à área científica, os estudos incluídos devem ser da área da administração pública, com foco na justiça. Relativamente ao tópicos, os estudos devem incluir no seu título, *abstract* ou *keywords* os seguintes termos: “public administration”, “public sector”, “ejustice”, “digital transformation”, “innovation”. Quanto ao critério do desenho de investigação foram considerados tanto estudos empíricos como estudos teóricos. Foram considerados estudos com aplicação de questionários, estudos de caso, experimentação, revisões de literatura, revisões sistemáticas, entre outros desenhos de investigação. Por fim, foram considerados estudos publicados entre 2001 e 2022.

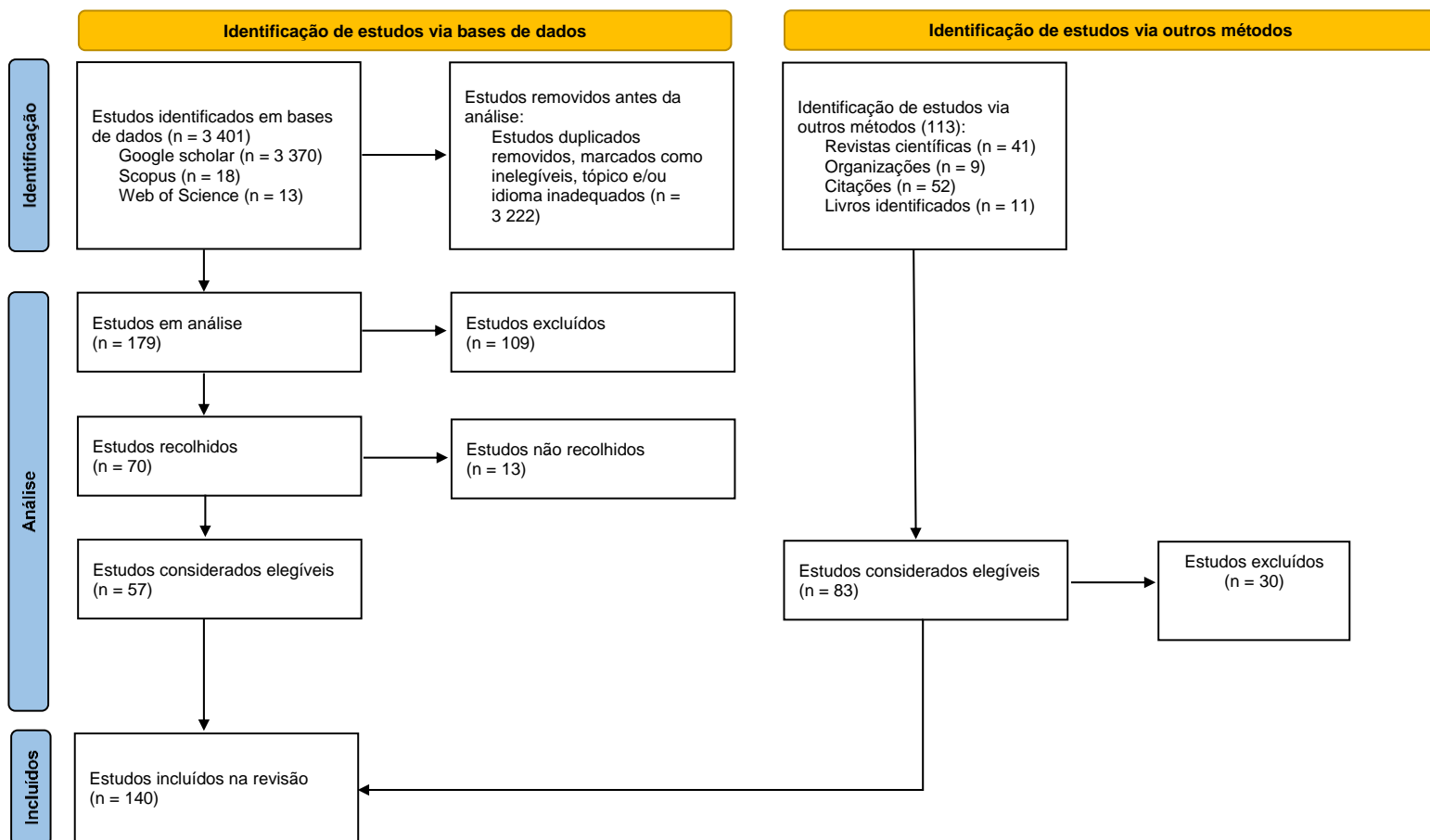
Em primeiro lugar, foram realizadas procuras via *Clarivate Web of Science*, *Scopus*, *Google Scholar*. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “public administration”, “public sector”, “ejustice”, “digital transformation”, “innovation”. Desta procura surgiram mais de 3 000 estudos. Em segundo lugar, foram procurados artigos em revistas científicas de administração pública, gerando mais 41 artigos possíveis para incluir na investigação. A procura em organizações especializadas originou também 9 documentos relevantes que foram incluídos na análise. Foram ainda consideradas citações relevantes de artigos científicos publicados adicionando mais 52 fontes. Por fim, foram identificados 11.

No total, foram examinados 3 514 outputs de investigação. Baseados nos critérios de elegibilidade, removendo os documentos duplicados, tópicos inapropriados e artigos de língua que não fossem redigidos em inglês, português ou espanhol, eventualmente alcançamos 140 estudos para incluir na análise de conteúdo (Figura 1). Dos 140 estudos, 30 publicações foram publicadas entre 2001 e 2011, enquanto que 110 fontes foram publicadas entre 2012 e 2022. Da totalidade de fontes selecionadas, 73 são artigos científicos (correspondendo a 52% dos estudos incluídos), 37 são capítulos de livros (correspondendo a 26% dos estudos incluídos), 16 são conference proceedings (correspondendo a 11% dos estudos incluídos), 9 fontes são documentos organizacionais (correspondendo a 6% dos estudos incluídos), e 6 são livros (correspondendo a 4% dos estudos incluídos) (Tabela 1). Os estudos foram identificados com um ID específico (Tabela). Seguidamente os estudos selecionados foram divididos pelas dimensões desenvolvidas por Vries et al. (2015). Para cada dimensão, o modelo heurístico inclui subsecções explicativas analisadas na secção dos resultados.



**Figura 1**

Diagrama de fluxo Prisma (Page et al., 2021)



Fonte: elaboração própria baseado no Diagrama de fluxo Prisma (Page et al., 2021)

**Tabela 1**

Características dos estudos em análise

| Características                 | N (%)        | ID do estudo  |
|---------------------------------|--------------|---|
| Data de publicação<br>(N = 140) |              |   |
| 2001-2011                       | 30<br>(21%)  | 3, 20, 21, 23, 27, 31, 42, 47, 48, 52, 56, 61, 62, 66, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 94, 100, 102, 107, 117, 118, 120, 128, 129, 133.   |
| 2012-2022                       | 110<br>(79%) | 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 93, |

|                                 |             |  |
|---------------------------------|-------------|--|
|                                 |             | 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140.  |
| Tipo de publicação<br>(N = 140) |             |  |
| Artigo científico               | 73<br>(52%) | 5, 7, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 30, 31, 32, 43, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 68, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 134, 138, 139. |
| Livro                           | 6 (4%)      | 11, 23, 24, 57, 69, 77.  |
| Capítulo de livro               | 37<br>(26%) | 2, 3, 4, 6, 8, 12, 14, 21, 22, 25, 29, 33, 42, 46, 48, 59, 62, 65, 67, 70, 71, 76, 78, 83, 88, 90, 91, 103, 114, 116, 117, 118, 121, 123, 129, 136, 140.   |
| Conference proceeding           | 16<br>(11%) | 1, 13, 20, 27, 28, 47, 50, 52, 98, 99, 102, 106, 128, 133, 135, 137.   |
| Documento organizacional        | 9 (6%)      | 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 127.   |

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 2**

*Publicações incluídas, ID e tipo de publicação*

| ID | Autor, Ano                     | Tipo de publicação    |
|----|--------------------------------|-----------------------|
| 1  | (Abdulvaliev, 2017)            | Conference proceeding |
| 2  | (Adeleye et al., 2022)         | Capítulo de livro     |
| 3  | (Adler & Henman, 2009)         | Capítulo de livro     |
| 4  | (Ahmed et al., 2020)           | Capítulo de livro     |
| 5  | (Ahmed et al., 2021)           | Artigo                |
| 6  | (Andrade, Joia & Kamlot, 2012) | Capítulo de livro     |
| 7  | (Arias & Maçada, 2020)         | Artigo                |
| 8  | (Axpe, 2021)                   | Capítulo de livro     |
| 9  | (Bănică, 2020)                 | Artigo                |
| 10 | (Bex et al., 2017)             | Artigo                |
| 11 | (Bochenek et al., 2022)        | Livro                 |
| 12 | (Borisova & Afanasiev, 2019)   | Capítulo de livro     |
| 13 | (Cano et al., 2015)            | Conference proceeding |
| 14 | (Cano et al., 2017)            | Capítulo de livro     |
| 15 | (Carboni & Velicogna, 2012)    | Artigo                |
| 16 | (Carullo, 2015)                | Artigo                |
| 17 | (Chatfield & Reddick, 2020)    | Artigo                |
| 18 | (Chawinga et al., 2020)        | Artigo                |
| 19 | (Clarival et al., 2020)        | Artigo                |





|    |                                       |                              |
|----|---------------------------------------|------------------------------|
| 20 | (Contini & Cordella, 2004)            | <i>Conference proceeding</i> |
| 21 | (Contini & Cordella, 2009)            | Capítulo de livro            |
| 22 | (Contini & Lanzara, 2014)             | Capítulo de livro            |
| 23 | (Contini & Lanzara, 2009)             | Livro                        |
| 24 | (Cordella & Contini, 2020)            | Livro                        |
| 25 | (Covelo de Abreu, 2019)               | Capítulo de livro            |
| 26 | (Creutzfeldt, 2021)                   | Artigo                       |
| 27 | (De Rugeris, 2010)                    | <i>Conference proceeding</i> |
| 28 | (Deligiannis & Anagnostopoulos, 2017) | <i>Conference proceeding</i> |
| 29 | (Di Natale & Cordella, 2022)          | Capítulo de livro            |
| 30 | (Dillon & Beresford, 2014)            | Artigo                       |
| 31 | (Doty & Erdelez, 2002)                | Artigo                       |
| 32 | (Dumoulin & Licoppe, 2016)            | Artigo                       |
| 33 | (Ermakova & Frolova, 2022)            | Capítulo de livro            |
| 34 | (CEPEJ, 2016)                         | Documento organizacional     |
| 35 | (CEPEJ, 2019a)                        | Documento organizacional     |
| 36 | (CEPEJ, 2019b)                        | Documento organizacional     |
| 37 | (CEPEJ, 2019c)                        | Documento organizacional     |
| 38 | (CEPEJ, 2021a)                        | Documento organizacional     |
| 39 | (CEPEJ, 2021b)                        | Documento organizacional     |
| 40 | (CEPEJ, 2021c)                        | Documento organizacional     |
| 41 | (CEPEJ, 2021d)                        | Documento organizacional     |
| 42 | (Fabri, 2009)                         | Capítulo de livro            |
| 43 | (Fabri, 2018)                         | Artigo                       |
| 44 | (Fabri, 2021)                         | Artigo                       |
| 45 | (Fernandes et al., 2018)              | Artigo                       |
| 46 | (Fernando et al., 2014)               | Capítulo de livro            |
| 47 | (Fersini et al., 2010)                | <i>Conference proceeding</i> |
| 48 | (Filho & Veronese, 2009)              | Capítulo de livro            |
| 49 | (Frade, Fernando & Conceição, 2020)   | Artigo                       |
| 50 | (Francesconi, 2014)                   | <i>Conference proceeding</i> |
| 51 | (Freitas & Medeiros, 2015)            | Artigo                       |
| 52 | (Gascó & Jiménez, 2011)               | <i>Conference proceeding</i> |
| 53 | (Gibson, 2016)                        | Artigo                       |
| 54 | (Greenwood & Bockweg, 2012)           | Artigo                       |
| 55 | (Greenwood & Brinkema, 2015)          | Artigo                       |
| 56 | (Henning & Ng, 2009)                  | Artigo                       |
| 57 | (Kengyel & Nemessányi, 2012)          | Livro                        |
| 58 | (Kettiger & Lienhard, 2021)           | Artigo                       |
| 59 | (Kettiger et al., 2019)               | Capítulo de livro            |
| 60 | (Kiršienė, 2022)                      | Artigo                       |
| 61 | (Kiškis & Petrauskas, 2004)           | Artigo                       |
| 62 | (Kitoogo & Bitwayiki, 2010)           | Capítulo de livro            |
| 63 | (Konina, 2020)                        | Artigo                       |
| 64 | (Kovalenko & Bernaziuk, 2018)         | Artigo                       |
| 65 | (Kramer, van Gelder & Themeli, 2018)  | Capítulo de livro            |
| 66 | (Lodge, 2005)                         | Artigo                       |
| 67 | (Lourenço, Fernando & Gomes, 2020)    | Capítulo de livro            |
| 68 | (Loutocký, 2022)                      | Artigo                       |
| 69 | (Lunardi & Clementino, 2022)          | Livro                        |
| 70 | (Lupo, 2015)                          | Capítulo de livro            |
| 71 | (Lupo, 2019)                          | Capítulo de livro            |

|     |  |                              |
|-----|--|------------------------------|
| 72  | (Lupo & Bailey, 2014)                              | Artigo                       |
| 73  | (Lupo & Carnevali, 2022)                           | Artigo                       |
| 74  | (Lyon et al., 2015)                                | Artigo                       |
| 75  | (Viktora, 2022)                                    | Artigo                       |
| 76  | (Martínez, 2009)                                   | Capítulo de livro            |
| 77  | (Martínez & Abat, 2009)                            | Livro                        |
| 78  | (McMillan, 2009)                                   | Capítulo de livro            |
| 79  | (Meyer, 2014)                                      | Artigo                       |
| 80  | (Minbaleev & Evsikov, 2022)                        | Artigo                       |
| 81  | (Morison & Harkens, 2019)                          | Artigo                       |
| 82  | (Murillo & Zuniga, 2013)                           | Artigo                       |
| 83  | (Nikolaychenko & Nikolaychenko, 2019)              | Capítulo de livro            |
| 84  | (Oktal, Alpu & Yazici, 2016)                       | Artigo                       |
| 85  | (Olugasa, 2020)                                    | Artigo                       |
| 86  | (Olugasa & Davies, 2022)                           | Artigo                       |
| 87  | (Pangalos, Salmatzidis & Pagkalos, 2014)           | Artigo                       |
| 88  | (Poblet et al., 2009)                              | Capítulo de livro            |
| 89  | (Politis et al., 2008)                             | Artigo                       |
| 90  | (Potter, Farrelly & Begg, 2009)                    | Capítulo de livro            |
| 91  | (Poulet, 2009)                                     | Capítulo de livro            |
| 92  | (Rattan & Rattan, 2021)                            | Artigo                       |
| 93  | (Reiling, 2020)                                    | Artigo                       |
| 94  | (Reiling, 2011)                                    | Artigo                       |
| 95  | (Reiling, 2012)                                    | Artigo                       |
| 96  | (Reiling, 2017)                                    | Artigo                       |
| 97  | (Reiling & Contini, 2022)                          | Artigo                       |
| 98  | (Rocha, 2021)                                      | <i>Conference proceeding</i> |
| 99  | (Romdoni, Lussak & Darmawan, 2022)                 | <i>Conference proceeding</i> |
| 100 | (Rooze, 2010)                                      | Artigo                       |
| 101 | (Rosa, Teixeira & Pinto, 2013)                     | Artigo                       |
| 102 | (Rugeriis, 2010)                                   | <i>Conference proceeding</i> |
| 103 | (Rusakova & Frolova, 2022)                         | Capítulo de livro            |
| 104 | (Sanders, 2021)                                    | Artigo                       |
| 105 | (Sandoval-Almazan & Gil-Garcia, 2020)              | Artigo                       |
| 106 | (Santuber, Abou Refaie & Meinel, 2022)             | <i>Conference proceeding</i> |
| 107 | (Sarantis & Askounis, 2009)                        | Artigo                       |
| 108 | (Seepma, Blok & Van Donk, 2021)                    | Artigo                       |
| 109 | (Shahbazov, 2019)                                  | Artigo                       |
| 110 | (Shi, Sourdin & Li, 2021)                          | Artigo                       |
| 111 | (Silveira & Covelo de Abreu, 2018)                 | Artigo                       |
| 112 | (Sousa, Kettiger & Lienhard, 2022)                 | Artigo                       |
| 113 | (Taal et al., 2019)                                | Artigo                       |
| 114 | (Themeli, 2022)                                    | Capítulo de livro            |
| 115 | (Tikhonovich, Vladimirovich & Aleksandrovna, 2021) | Artigo                       |
| 116 | (Tokarev et al., 2019)                             | Capítulo de livro            |
| 117 | (Trochev, 2009)                                    | Capítulo de livro            |
| 118 | (Tyler, 2009)                                      | Capítulo de livro            |
| 119 | (Valeev & Nuriev, 2019)                            | Artigo                       |
| 120 | (van den Hoogen, 2008)                             | Artigo                       |
| 121 | (Velicogna, 2014)                                  | Capítulo de livro            |
| 122 | (Velicogna, 2017)                                  | Artigo                       |
| 123 | (Velicogna, 2018)                                  | Capítulo de livro            |

|     |   |                              |
|-----|---|------------------------------|
| 124 | (Velicogna, Errera & Derlange, 2013)    | Artigo                       |
| 125 | (Velicogna et al., 2020)                | Artigo                       |
| 126 | (Voigt, 2018)                           | Artigo                       |
| 127 | (Vucheva et al., 2020)                  | Documento organizacional     |
| 128 | (Vuyst & Fairchild, 2006)               | <i>Conference proceeding</i> |
| 129 | (Wallace, 2009)                         | Capítulo de livro            |
| 130 | (Wallace, 2017)                         | Artigo                       |
| 131 | (Wallace, 2019)                         | Artigo                       |
| 132 | (Wallace & Laster, 2021)                | Artigo                       |
| 133 | (Wallace & Rowden, 2009)                | <i>Conference proceeding</i> |
| 134 | (Warren, 2014)                          | Artigo                       |
| 135 | (Wienrich, Fries & Latoschik, 2022)     | <i>Conference proceeding</i> |
| 136 | (Yavuz et al., 2022)                    | Capítulo de livro            |
| 137 | (Yu, 2021)                              | <i>Conference proceeding</i> |
| 138 | (Yu & Xia, 2020)                        | Artigo                       |
| 139 | (Zelevnikow, 2017)                      | Artigo                       |
| 140 | (Zelevnikow & Esteban de la Rosa, 2021) | Capítulo de livro            |

Fonte: elaboração própria.

## Resultados

### Enquadramento de inovação e transformação digital no setor da Justiça

O enquadramento heurístico de inovação no setor público foi desenvolvido por Vries et al. (2015). Este artigo procurou adaptar o enquadramento no setor específico da justiça. Assim, foram consideradas dimensões/temas sobre definições de inovação, tipos de inovação, objetivos de inovação, antecedentes de inovação e resultados de inovação. As dimensões foram adaptadas gerando as seguintes esferas de análise: 1) antecedentes contextuais no setor da justiça; 2) antecedentes institucionais no setor da Justiça; 3) características da inovação e transformação digital no setor da justiça; 4) antecedentes individuais no setor da justiça; 5) tipos de inovação e transformação digital na justiça; 6) resultados do processo de inovação e transformação digital na justiça. Deste modo, propõe-se uma versão para um setor específico da administração pública: a justiça (Figura 2).

Na dimensão sobre antecedentes contextuais no setor da justiça, os antecedentes contextuais considerados dizem respeito às pressões externas, relativamente à atenção público, a participação em redes, os aspetos regulatórios, a implementação das transformações e inovações em agências/organizações/países, e a possibilidade de concorrência com outras instituições. Na dimensão sobre antecedentes institucionais no setor da Justiça, os antecedentes institucionais considerados dizem respeito aos recursos, liderança, aversão ao risco, estabelecer espaço para aprendizagem institucional. Relativamente à dimensão sobre as características da inovação e transformação digital no setor da justiça, são incluídas características ligadas à facilidade, benefícios, compatibilidade e testabilidade. Os antecedentes individuais no setor da justiça incluem autonomia dos colaboradores, posição organizacional, conhecimentos e habilidades, criatividade, aspetos demográficos relevantes, comprometimento e satisfação, perspetivas e normas compartilhadas,





aceitação da transformação digital. Os tipos de inovação e transformação digital na justiça definidos no modelo heurístico considerado incluem transformação digital no processo, transformação digital no processo administrativo, transformação digital no processo tecnológico, transformação digital do serviço, transformação digital na governação e transformação digital conceptual. Por último, a dimensão dos resultados do processo de inovação e transformação digital na justiça, incluem estudos que abordam a eficácia, a eficiência, relação com parceiros, foco no cidadão envolvidos assim como a sua satisfação com os serviços de justiça digitais.

Os estudos incluídos para esta revisão foram organizados e alocados a cada uma das dimensões. Algumas publicações foram incluídos em mais de uma dimensão de inovação e transformação digital no setor da Justiça (Tabela 4).

O tipo de inovação e transformação digital na justiça engloba 62 publicações (correspondendo a 44% da totalidade das fontes em análise). Seguindo-se a dimensão que considera os resultados do processo de inovação e transformação digital na justiça com 30 publicações incluídas (correspondendo a 21% da totalidade das fontes em análise). Logo a seguir, a dimensão com mais estudos incluídos diz respeito aos antecedentes institucionais no setor da Justiça com 24 fontes (correspondendo a 17% da totalidade das fontes em análise). Os antecedentes individuais no setor da justiça e as características da inovação e transformação digital no setor da justiça englobam cada uma 18 estudos (correspondendo a 13% da totalidade das fontes em análise para cada dimensão). Por fim, os antecedentes contextuais consideram 17 publicações o que corresponde a 12% das fontes selecionadas para a presente revisão.

**Tabela 4**
*Dimensões de inovação e transformação digital no setor da Justiça*

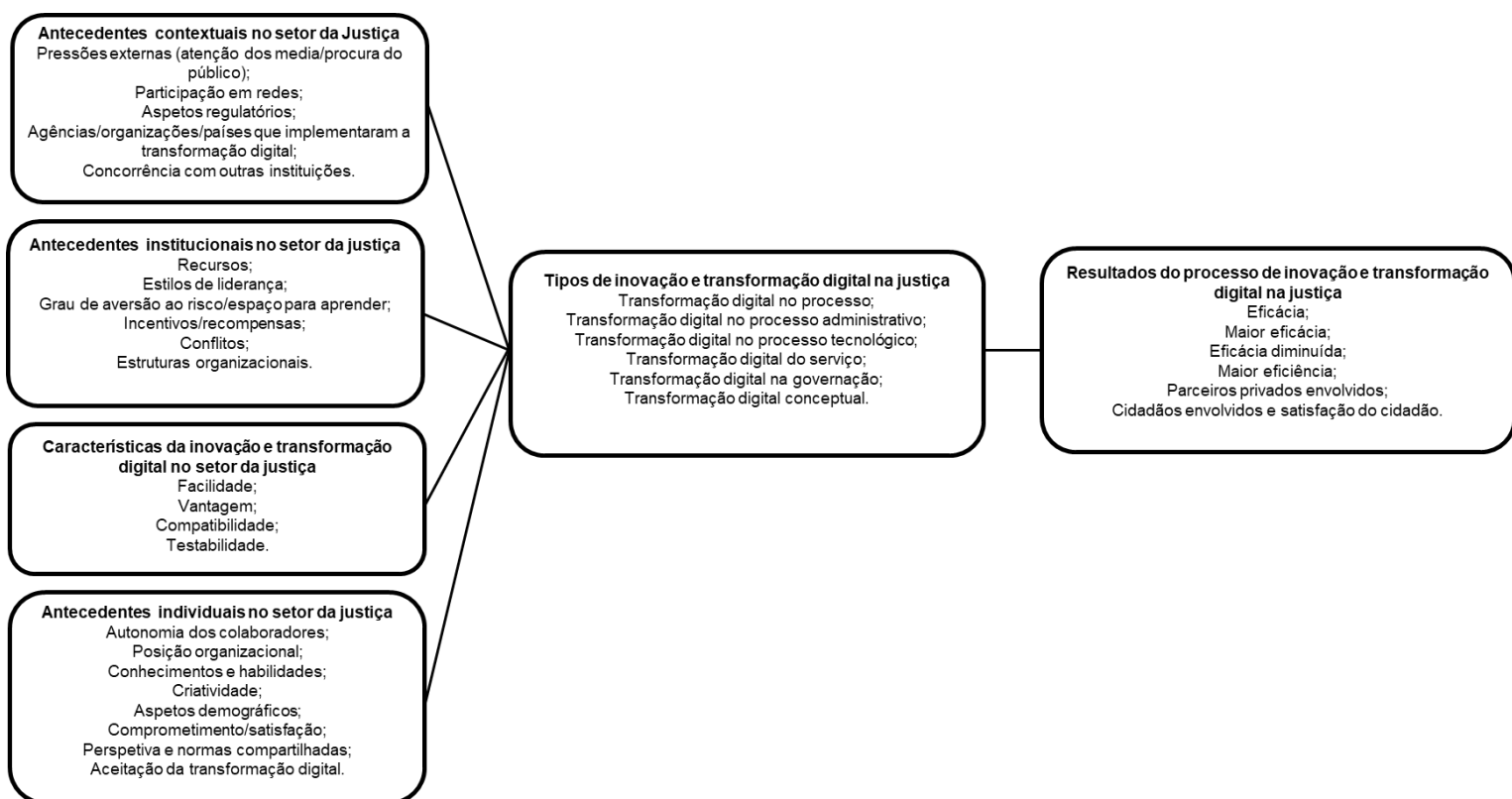
| Dimensão  | N (%)    | ID do estudo   |
|---|----------|--|
| Antecedentes contextuais no setor da Justiça                            | 17 (12%) | 11; 14; 23; 24; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 57; 59; 61; 83; 129.   |
| Antecedentes institucionais no setor da Justiça                         | 24 (17%) | 11; 15; 23; 25; 27; 29; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 51; 59; 63; 69; 73; 75; 90; 103; 108.  |
| Características da inovação e transformação digital no setor da justiça | 18 (13%) | 1; 2; 5; 11; 13; 16; 17; 18; 24; 28; 52; 67; 72; 74; 110; 111; 134; 137.   |
| Antecedentes individuais no setor da justiça                            | 18 (13%) | 4; 7; 11; 18; 19; 32; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 69; 79; 84; 87.  |
| Tipos de inovação e transformação digital na justiça                    | 62 (44%) | 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 14, 18, 20, 24, 30, 31, 33, 34, 37, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 57, 61, 66, 68, 74, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 99, 104, 106, 113, 116, |

|   |          |   |
|---|----------|---|
|   |          | 119, 120, 121, 122, 127, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140.   |
| Resultados do processo de inovação e transformação digital na justiça | 30 (21%) | 1, 2, 5, 6, 7, 18, 19, 21, 25, 32, 43, 44, 53, 70, 71, 73, 76, 79, 80, 82, 84, 96, 99, 103, 113, 115, 118, 136, 137, 139. |

Fonte: elaboração própria. Nota: total N = 140 (100%) - alguns estudos foram incluídos em mais de uma dimensão de inovação e transformação digital no setor da Justiça

**Figura 2.**

*Enquadramento de inovação e transformação digital no setor da Justiça*



Fonte: adaptado e baseado em Vries et al. (2015)

## Considerações finais e agenda para continuação da investigação

Ao adotar uma abordagem dedutiva de investigação, foi possível adaptar e replicar o enquadramento de Vries et al. (2015) na temática específica da inovação e transformação digital no setor da justiça.

O objetivo foi oferecer uma visão ampla sobre a inovação e a transformação digital no setor da justiça e mapear estudos relevantes para futuras investigações. Foram



analisados 140 fontes sobre inovação e transformação digital na justiça publicados entre 2001 e 2022 e analisadas de acordo com o enquadramento heurístico de inovação no setor público foi desenvolvido por Vries et al. (2015).

Considerando as questões estabelecidas são implementadas inovações e transformações digitais relacionadas com processos de forma geral, em processos administrativos, em processos tecnológicos, nos serviços de justiça, na governação da justiça, e ainda de natureza conceptual e de *design*. Os objetivos centrais da inovação e transformação digital na justiça são proporcionar mais facilidade e acessibilidade, benefícios, participação, envolvimento e satisfação (Cordella & Contini, 2020). Relativamente aos antecedentes sublinham-se os antecedentes contextuais, considerando as especificidades do setor da justiça, os antecedentes institucionais e os antecedentes individuais, com especial papel por parte da aceitação por parte dos envolvidos das transformações. É necessário refletir sobre os resultados com precaução, os estudos incluídos na análise mencionam resultados orientados para a eficácia, eficiência, rapidez, acesso, qualidade, desenvolvimento de parcerias e foco no envolvimento e satisfação dos cidadãos.

Na investigação realizada por Yavuz et al. (2022) foram identificadas quatro áreas de investigação em *eJustice*. A primeira área de investigação selecionada diz respeito aos fatores de sucesso e aos fatores de risco na implementação da justiça eletrónica. Neste dimensão os autores consideram relevante realizar pesquisas sobre desafios, riscos e problemas detetados no momento da implementação, assim como realizar estudos comparados e identificar fatores essenciais para o sucesso da *ejustice*. A segunda área de intervenção enunciada está relacionada com a fase da implementação, mais concretização com a avaliação do impacto da implementação de projetos de justiça eletrónica. Nesta dimensão de pesquisa, o foco está na avaliação e medição de resultados. O terceiro âmbito de investigação enunciado é a satisfação dos cidadãos, com foco nas experiências dos diferentes utilizadores e na exploração de melhores *designs*, sempre com o propósito de melhor responder às necessidades da sociedade. Por fim, a avaliação de *websites* está enunciada como quarta área de investigação, com ênfase na avaliação da quantidade, qualidade, segurança, acessibilidade, abertura e participação (Abdulvaliev, 2017; Sandoval-Almazan & Gil-Garcia, 2020; Trochev, 2009).

Esta investigação pretende contribuir para a administração da justiça. A primeira contribuição é metodológica, ao procurar realizar uma revisão sistemática ampla, detetando um conjunto considerável de fontes sobre o tópico em estudo. Uma outra contribuição é conceptual, de forma a compreender como é que os conceitos relacionados com a inovação e transformação estão a ser operacionalizados e medidos na área da administração da justiça. Uma terceira contribuição diz respeito aos antecedentes do processo de inovação e transformação, permitindo com este trabalho realizar uma reflexão desses antecedentes. Por fim, contribui-se para a área de conhecimento ao adaptar o enquadramento heurístico de inovação no setor público validado por Vries et al. (2015) no setor da justiça. O mapeamento deste artigo deve ser continuado e aprofundado, principalmente no que diz respeito aos desenhos de investigação adotados.



Concluindo, sugerem-se quatro linhas de investigação futura para estudos em inovação e a transformação digital no setor da justiça: 1) mais riqueza metodológica em futuros estudos, ao utilizar abordagens de *mixed-methods*; 2) investigações mais robustas teoricamente, visto que são poucos os estudos que utilizam teorias da administração pública; 3) estudos comparativos entre países, de modo a compreender diferentes desenvolvimentos e efeitos da inovação e transformação digital no setor da justiça; e 4) análise e avaliação das políticas públicas de inovação e transformação digital no setor da justiça.

## Referências

- Abdulvaliev, A. (2017). Court, internet technologies and their role in ensuring the well-being of society. In *The European Proceedings of Social & Behavioural Sciences*. <http://dx.doi.org/10.15405/epsbs.2017.07.02.2>
- Adeleye, J. T., Ahmed, R. K., Nyman-Metcalf, K., & Draheim, D. (2022). E-Court Transition Process: Identifying Critical Factors and Recommendations for Developing Countries. In A. V. Chugunov, M. Janssen, I. Khodachek, Y. Misnikov, D. Trutnev (Eds.), *Electronic Governance and Open Society: Challenges in Eurasia. EGOSE 2021. Communications in Computer and Information Science*, 1529. Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-031-04238-6\\_23](https://doi.org/10.1007/978-3-031-04238-6_23)
- Adler, M., & Henman, P. (2009). Justice beyond the courts: The implications of computerisation for procedural justice in social security. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-Justice: Using Information Communication Technologies in the Court System* (pp. 65–86). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch005>
- Ahmed, R. K., Muhammed, K. H., Pappel, I., & Draheim, D. (2020). Challenges in the Digital Transformation of Courts: A Case Study from the Kurdistan Region of Iraq. In *2020 Seventh International Conference on eDemocracy & eGovernment (ICEDEG)* (pp. 1–6). <https://doi.org/10.1109/ICEDEG48599.2020.9096801>
- Ahmed, R. K., Muhammed, K. H., Pappel, I., & Draheim, D. (2021). Impact of e-court systems implementation: a case study. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 15(1), 108-128. <https://doi.org/10.1108/TG-01-2020-0008>
- Andrade, A., Joia, L. A., & Kamlot, D. (2012). E-government in the judiciary system: Assessing the correlation between IT investment and the efficiency of courts of justice in Brazil. In K. J. Bwalya & S. F. Zulu (Eds.), *Handbook of Research on E Government in Emerging Economies: Adoption, E-Participation, and Legal Frameworks* (pp. 158–178). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-0324-0.ch008>
- Arias, M. I., & Maçada, A. C. G. (2020). Judiciaries' modernisation through electronic lawsuits: Employees' perceptions from the Brazil and Argentina federal justice services. *Information Development*. <https://doi.org/10.1177/0266666920910489>
- Axpe, M. R. V. (2021). Ethical Challenges from Artificial Intelligence to Legal Practice. In H. Sanjurjo González, I. Pastor López, P. García Bringas, H. Quintián, & E. Corchado (Eds.), *Hybrid Artificial Intelligent Systems. HAIS 2021 (Lecture Notes in Computer Science*, 12886). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-86271-8\\_17](https://doi.org/10.1007/978-3-030-86271-8_17)



- Bănică, R. A. (2020). Digitization of justice in the context of the COVID-19 pandemic and the implications of digitalization on constitutional rights. *Revista de Drept Constituțional*, 2, 11-30. <https://doi.org/10.47743/rdc-2020-2-0001>
- Bex, F., Prakken, H., van Engers, T., et al. (2017). Introduction to the special issue on Artificial Intelligence for Justice. *Artificial Intelligence and Law*, 25(1), 1–3. <https://doi.org/10.1007/s10506-017-9198-5>
- Bochenek, A. C., Haddad, C. H. B., & Cantuária, E. da S. R. (Eds.). (2022). *Gestão, Redes e Design Organizacional*. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam. <https://www.enfam.jus.br/publicacoes-3/colecao-pesquisa-e-inovacao/livro-gestao-redes-e-design-organizacional/>
- Borisova, V. F., & Afanasiev, S. F. (2019). Realia and prospects of civil e-justice legal regulation. In E. Popkova (Ed.), *Ubiquitous computing and the internet of things: Prerequisites for the development of ICT* (pp. 403–410). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-13397-9\\_47](https://doi.org/10.1007/978-3-030-13397-9_47)
- Cano, J., Jimenez, C. E., Hernandez, R., et al. (2015). New tools for e-justice: legal research available to any citizen. In L. Terán & A. Meier (Eds.), *Proceedings of 2015 Second International Conference on eDemocracy & eGovernment (ICEDEG)* (pp. 108–111). IEEE. <https://doi.org/10.1109/ICEDEG.2015.7114455>
- Cano, J., Pomed, L., Jiménez-Gómez, C. E., & Hernández, R. (2017). Open Judiciary in High Courts: Securing a Networked Constitution, Challenges of E-Justice, Transparency, and Citizen Participation. In *Achieving Open Justice through Citizen Participation and Transparency* (pp. 19). <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-0717-8.ch003>
- Carboni, N., & Velicogna, M. (2012). Electronic Data Exchange within European Justice: A Good Opportunity? *International Journal for Court Administration*, 4(3), 104-120. <https://doi.org/10.18352/ijca.90>
- Carullo, G. (2015). Services in the Field of Law within the Internal Market: Promoting e-Justice through Interoperability. *Laws*, 5(1), 1. <https://doi.org/10.3390/laws5010001>
- Chatfield, A. T., & Reddick, C. G. (2020). Collaborative network governance framework for aligning open justice and e-justice ecosystems for greater public value. *Social Science Computer Review*, 38(3), 252–273. <https://doi.org/10.1177/0894439318771968>
- Chawinga, W. D., Chawinga, C., Kapondera, S. K., Chipeta, G. T., Majawa, F., & Nyasulu, C. (2020). Towards e-judicial services in Malawi: Implications for justice delivery. *E J Info Sys Dev Countries*, 86, e12121. <https://doi.org/10.1002/isd2.12121>
- Clarival, A., Simonofski, A., Vanderose, B., et al. (2020). Public displays and citizen participation: A systematic literature review and research agenda. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 15(1), 1-35. <https://doi.org/10.1108/TG-12-2019-0127>
- Contini, F., & Cordella, A. (2004). Information System and Information Infrastructure Deployment: The Challenge of the Italian eJustice Approach. *European Conference on Information Systems 2004 Proceedings*, 40. <http://aisel.aisnet.org/ecis2004/40>
- Contini, F., & Cordella, A. (2009). Italian justice system and ICT: Matches and mismatches between technology and organisation. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-Justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 117–134). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch008>





- Contini, F., & Lanzara, G. F. (2014). Introduction: The challenge of interoperability and complexity in european civil proceedings online. In F. Contini & G. F. Lanzara (Eds.), *The circulation of agency in e-justice: Interoperability and infrastructures for European transborder judicial proceedings* (pp. xiii-xxi). Springer. <https://pt.scribd.com/document/377426049/The-Circulation-of-Agency-in-E-Justice-Interoperability#>
- Contini, F., & Lanzara, G. F. (Eds.). (2009). *ICT and Innovation in the Public Sector: European Studies in the Making of E-Government*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230227293>
- Cooper, H. (2016). *Research Synthesis and Meta-Analysis: A Step-by-Step Approach* (fifth edition). Sage.
- Cordella, A., Contini, F. (2020). *Digital Technologies for Better Justice: A Toolkit for Action*. In A. Posadas & D. Vásquez Jordan (Eds.), Inter-American Development Bank. <http://dx.doi.org/10.18235/0002297>
- Covelo de Abreu, J. (2019). The Role of Artificial Intelligence in the European e-Justice Paradigm – Suiting Effective Judicial Protection Demands. In: Moura Oliveira, P., Novais, P., Reis, L. (eds) Progress in Artificial Intelligence. EPIA 2019. Lecture Notes in Computer Science, 11804. Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-30241-2\\_26](https://doi.org/10.1007/978-3-030-30241-2_26)
- Creutzfeldt, N. (2021). Towards a digital legal consciousness? *European Journal of Law and Technology*, 12(3). <https://ejlt.org/index.php/ejlt/article/view/816>
- De Rugeriis, G. (2010). The Online Criminal Trial in Italy Seeks an Identity. Paper presented at the 10th European Conference on eGovernment, University of Limerick, National Centre for Taxation Studies, Limerick, Ireland, June 17-18, 2010.
- Deligiannis, A. P., & Anagnostopoulos, D. (2017). Towards Open Justice: ICT Acceptance in the Greek Justice System: The Case of the Integrated Court Management System for Penal and Civil Procedures (OSDDY/PP). In Proceedings of the 7th International Conference for E-Democracy and Open Government, CeDEM 2017 (Art. No. 8046275, pp. 82-91).
- Di Natale, L. J., & Cordella, A. (2022). Digitising the Judicial Sector: A Case Study of the Dutch KEI Programme. In R. Krimmer, et al. Electronic Participation. ePart 2022. Lecture Notes in Computer Science, 13392. Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-031-23213-8\\_9](https://doi.org/10.1007/978-3-031-23213-8_9)
- Dillon, M. P., & Beresford, D. (2014). Electronic Courts and the Challenges in Managing Evidence. A View from Inside the International Criminal Court. *International Journal for Court Administration*, 6(1), 29-36. <https://doi.org/10.18352/ijca.132>
- Doty, P., & Erdelez, S. (2002). Information micro-practices in Texas rural courts: Methods and issues for e-government. *Government Information Quarterly*, 19(4), 369–387. [https://doi.org/10.1016/S0740-624X\(02\)00121-1](https://doi.org/10.1016/S0740-624X(02)00121-1)
- Dumoulin, L., & Licoppe, C. (2016). Videoconferencing, New Public Management, and Organizational Reform in the Judiciary. *Policy Studies Organization*, 8(3), 313-333. <https://doi.org/10.1002/poi3.124>
- Ermakova, E. P., Frolova, E. E. (2022). Using Artificial Intelligence in Dispute Resolution. In: Inshakova, A.O., Frolova, E.E. (Eds.) Smart Technologies for the Digitisation of Industry: Entrepreneurial Environment. Smart Innovation, Systems and Technologies, vol 254. Springer. [https://doi.org/10.1007/978-981-16-4621-8\\_11](https://doi.org/10.1007/978-981-16-4621-8_11)



- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2016). *Guidelines on how to drive change towards Cyberjustice*. Council of Europe.
- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2019a). *European Ethical Charter on the Use of Artificial Intelligence in Judicial Systems and their Environment*. Council of Europe.
- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2019b). *Breaking up Judges' Isolation: Guidelines to Improve the Judge's Skills and Competences, Strengthen Knowledge Sharing and Collaboration, and Move Beyond a Culture of Judicial Isolation*. Council of Europe.
- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2019c). *Toolkit for supporting the implementation of the Guidelines on how to drive change towards Cyberjustice*. Council of Europe.
- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2021a). *Revised Roadmap for Ensuring an Appropriate Follow-Up of the CEPEJ Ethical Charter on the Use of Artificial Intelligence in Judicial Systems and Their Environment*. Council of Europe.
- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2021b). *Guidelines on Electronic Court Filing (e-filing) and Digitalisation of Courts*. Council of Europe.
- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2021c). *2022 – 2025 CEPEJ Action Plan: "Digitalisation for a Better Justice"*. Council of Europe.
- European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ). (2021d). *Guidelines on Videoconferencing in Judicial Proceedings*. Council of Europe.
- Fabri, M. (2009). The Italian style of e-justice in a comparative perspective. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-Justice: Using Information Communication Technologies in the Court System* (pp. 1–19). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch001>
- Fabri, M. (2018). Pitfalls in Data Gathering to Assess Judiciaries. *International Journal for Court Administration*, 9(3), 67-75. <https://doi.org/10.18352/ijca.278>
- Fabri, M. (2021). Will COVID-19 Accelerate Implementation of ICT in Courts? *International Journal for Court Administration*, 12(2), 2. <https://doi.org/10.36745/ijca.384>
- Fernandes, R. V. de C., Rule, C., Ono, T. T., & Cardoso, G. E. B. (2018). The expansion of online dispute resolution in Brazil. *International Journal for Court Administration*, 9(2), 20-30. <https://doi.org/10.18352/ijca.255>
- Fernando, P., Gomes, C., Fernandes, D. (2014). The Piece meal Development of an e-Justice Platform: The CITIUS Case in Portugal. In Contini, F., Lanzara, G. (eds) *The Circulation of Agency in E-Justice. Law, Governance and Technology Series*, 13. Springer, Dordrecht. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-7525-1\\_6](https://doi.org/10.1007/978-94-007-7525-1_6)
- Fersini, E., Messina, V., Toscani, D., et al. (2010). Semantics and machine learning for building the next generation of judicial court management systems. In K. Liu & J. Filipe (Eds.) *KMIS 2010: International Conference on Knowledge Management and Information Sharing* (pp. 51–60). DBLP. <https://doi.org/10.5220/0003099300510060>
- Filho, R. F., & Veronese, A. (2009). Electronic justice in Brazil. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-Justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 135–151). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch009>
- Frade, C., Fernando, P., & Conceição, A. F. (2020). The performance of the courts in the digital era: The case of insolvency and restructuring proceedings. *International Insolvency Review*, 1–14. <https://doi.org/10.1002/iir.1390>



- Francesconi, E. (2014). An Interoperability Approach for Enabling Access to e-Justice Systems across Europe. In *Electronic Government and the Information Systems Perspective: Third International Conference, EGOVIS 2014*, Munich, Germany, September 1-3, 2014. Proceedings. [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-10178-1\\_3](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-10178-1_3)
- Freitas, C. S. de, & Medeiros, J. J. (2015). Organizational Impacts of the Electronic Processing System of the Brazilian Superior Court of Justice. *JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management*, 12(2), 317-332. <https://doi.org/10.4301/S1807-17752015000200007>
- Gascó, M., & Jiménez, C. E. (2011). Interoperability in the justice field: Variables that affect implementation. In M. Klun, M. Decman & T. Jukic (Eds.), *Proceedings of the 11<sup>th</sup> European Conference on eGovernment* (pp. 272–279). Academic Publishing Limited.
- Gibson, J. (2016). Social Media and the Electronic “New World” of Judges. *International Journal for Court Administration*, 7(2), 1-9. <https://doi.org/10.18352/ijca.199>
- Greenwood, J. M., & Bockweg, G. (2012). Insights to Building a Successful E-filing Case Management Service: U.S. Federal Court Experience. *International Journal for Court Administration*, 4(2), 2-10. <https://doi.org/10.18352/ijca.74>
- Greenwood, J. M., & Brinkema, J. (2015). E-Filing Case Management Services in the US Federal Courts: The Next Generation: A Case Study. *International Journal for Court Administration*, 7(1), 3-17. <https://doi.org/10.18352/ijca.179>
- Henning, F., & Ng, G. (2009). The challenge of collaboration—ICT implementation networks in courts in The Netherlands. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 5(28), 27–44. <https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/102>
- Kengyel, M., & Nemessányi, Z. (Eds.). (2012). *Electronic technology and civil procedure: New paths to justice from around the world*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-4072-3>
- Kettiger, D., & Lienhard, A. (2021). Swiss Courts Facing the Challenges of COVID-19. *International Journal for Court Administration*, 12(2), 5. <https://doi.org/10.36745/ijca.380>
- Kettiger, D., Lienhard, A., Langbroek, P., & Fabri, M. (2019). Court Management: A Young Field of Public Management. In E. Ongaro (Ed.), *Public Administration in Europe, Governance and Public Management* (pp. 309-315). [https://doi.org/10.1007/978-3-319-92856-2\\_28](https://doi.org/10.1007/978-3-319-92856-2_28)
- Kiršienė, J. (2022). Digital Transformation of Legal Services and Access to Justice: Challenges and Possibilities. *Baltic Journal of Law & Politics*, 15(1), 141-172. <https://doi.org/10.2478/bjlp-2022-0007>
- Kiškis, M., & Petrauskas, R. (2004). ICT adoption in the judiciary: Classifying of judicial information. *International Review of Law, Computers & Technology*, 18(1), 37-45. <https://doi.org/10.1080/13600860410001674724>
- Kitoogo, F. E., & Bitwayiki, C. (2010). e-Justice implementation at a national scale: The Ugandan case. In A. Villafiorita, R. Saint-Paul, & A. Zorer (Eds.), *E-infrastructures and e-services on developing countries* (pp. 40–49). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-642-12701-4\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-642-12701-4_5)





- Konina, A. (2020). Technology-Driven Changes in an Organizational Structure: The Case of Canada's Courts Administration Service. *International Journal for Court Administration*, 11(2), 6. <https://doi.org/10.36745/ijca.326>
- Kovalenko, N., & Bernaziuk, I. (2018). Topical issues of financing electronic legal proceedings in Ukraine. *Baltic Journal of Economic Studies*, 4(5), 100–104. <https://doi.org/10.30525/2256-0742/2018-4-5-100-104>
- Kramer, X. E., van Gelder, E., & Themeli, E. (2018). e-Justice in the Netherlands: the Rocky Road to Digitised Justice. In M. Weller & M. Wendland (Eds.), *Digital Single Market: Bausteine eines Rechts in der Digitalen Welt*, Mohr Siebeck (pp. 209–235). <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3167543>
- Lodge, J. (2005). eJustice, Security and Biometrics: the EU's Proximity Paradox. *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*, 13(4), 533–564. <https://doi.org/10.1163/157181705774662607>
- Lourenço, R. P., Fernando, P., & Gomes, C. (2020). From eJustice to Open Judiciary: An Analysis of the Portuguese Experience. In *Open Government: Concepts, Methodologies, Tools, and Applications* (pp. 26). <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-9860-2.ch055>
- Loutocký, P. (2022). Possible approaches towards the architecture of online courts and their potential in the decision-making process. *Jusletter IT*, (5), 215-225. <https://doi.org/10.38023/f37d20de-4f8c-4421-afaa-0d914636f226>
- Lunardi, F. C., & Clementino, M. B. M. (Eds.). (2021). *Inovação Judicial: Fundamentos e Práticas para uma Jurisdição de Alto Impacto*. Brasília: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam. <https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2021/12/Livro-Inovacao-judicial.pdf>
- Lupo, G. (2015). Evaluating e-Justice: The design of an assessment framework for e-justice systems. In K. Benyekhlef, J. Bailey, J. Burkell, et al, (Eds.), *eAccess to justice* (pp. 53–94). University of Ottawa Press.
- Lupo, G. (2019). Assessing e-Justice smartness: A new framework for e-justice evaluation through public values. In M. P. Rodriguez Bolivar (Ed.), *Setting foundations for the creation of public value in smart cities* (pp. 77–113). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-98953-2\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-319-98953-2_4)
- Lupo, G., & Bailey, J. (2014). Designing and implementing e-Justice Systems: Some lessons learned from EU and Canadian Examples. *Laws*, 3(2), 353–387. <https://doi.org/10.3390/laws3020353>
- Lupo, G., & Carnevali, D. (2022). Smart Justice in Italy: Cases of Apps Created by Lawyers for Lawyers and Beyond. *Laws*, 11(3), 51. <https://doi.org/10.3390/laws11030051>
- Lyon, F., Gyateng, T., Pritchard, D., et al. (2015). Opening access to administrative data for evaluating public services: The case of the justice data lab. *Evaluation*, 21, 232–247. <https://doi.org/10.1177/1356389015577507>
- Martin V. (2022). Innovative Leadership-a Missing Puzzle in the Economic Administration of the Judiciary in the Czech Republic. *International Journal for Court Administration*, 13(3). <https://doi.org/10.36745/ijca.438>
- Martínez, A. (2009). E-justice in Spain. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 98–116). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch007>



- Martínez, A., & Abat, P. (2009). *E-justice: Using information communication technologies in the court system*. IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4>
- McMillan, J. E. (2009). The potential of computerized court case management to battle judicial corruption. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 57–64). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch004>
- Meyer, N. (2014). Social Media and the Courts: Innovative Tools or Dangerous Fad? A Practical Guide for Court Administrators. *International Journal for Court Administration*, 6(1), 2-28. <https://doi.org/10.18352/ijca.136>
- Minbaleev, A. V., & Evsikov, K. S. (2022). Alternative dispute resolution in digital government. *RBADR*, 4(7), 119-146. <https://doi.org/10.52028/rbadr.v4i7.8>
- Morison, J., & Harkens, A. (2019). Re-engineering justice? Robot judges, computerised courts and (semi) automated legal decision-making. *Legal Studies*, 39(4), 618–635. <https://ssrn.com/abstract=3369530>
- Murillo, R., & Zuniga, R. (2013). Could Innovation also Emerge from the Public Sector? Creating an ISO-like Judiciary Quality Management Standard. *International Journal for Court Administration*, 5(2), 10-30. <https://doi.org/10.18352/ijca.16>
- Nikolaychenko, O., & Nikolaychenko, V. V. (2019). Transformation of the procedural obligations of the court under electronic justice conditions. In E. G. Popkova (Ed.), *Ubiquitous computing and the internet of things: Prerequisites for the development of ICT* (pp. 379–385). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-13397-9\\_44](https://doi.org/10.1007/978-3-030-13397-9_44)
- Oktal, O., Alpu, O., & Yazici, B. (2016). Measurement of internal user satisfaction and acceptance of the e-justice system in Turkey. *Aslib Journal of Information Management*, 68(6), 716–735. <https://doi.org/10.1108/AJIM-04-2016-0048>
- Olugasa, O. (2020). Utilising Technology in Making the Nigerian Administration of Criminal Justice Act Effective for Criminal Trials. *International Journal for Court Administration*, 11(2), 5. <https://doi.org/10.36745/ijca.332>
- Olugasa, O., & Davies, A. (2022). Remote Court Proceedings in Nigeria: Justice Online or Justice on the Line. *International Journal for Court Administration*, 13(2). <https://doi.org/10.36745/ijca.448>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, L. A., Stewart, L. A., Thomas, J., Tricco, A. C., Welch, V. A., Whiting, P., Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *Research Methods & Reporting*, 372(71), 1-9. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pangalos, G., Salmatzidis, I., & Pagkalos, I. (2014). Using IT to Provide Easier Access to Cross-Border Legal Procedures for Citizens and Legal Professionals - Implementation of a European Payment Order e-CODEX pilot. *International Journal for Court Administration*, 6(2), 43-52. <https://doi.org/10.18352/ijca.137>
- Poblet, M., Vallbé, J. J., Casellas, N., et al. (2009). Judges as IT users: The iuriservice example. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-justice: Using information communication*



- technologies in the court system* (pp. 38–56). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch003>
- Politis, D., Donos, G., Christou, G., et al. (2008). Implementing E-justice on a national scale: Coping with balkanization and socio-economical divergence. *Journal of Cases on Information Technology*, 10(2), 41–59. <https://doi.org/10.4018/jcit.2008040104>
- Potter, S., Farrelly, P., & Begg, D. (2009). The e-court roadmap: Innovation and integration an Australian case study. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 165–185). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch011>
- Poulet, Y. (2009). The Belgian case: Phenix or how to design E justice through privacy requirements and in full respect of the separation of powers. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 186–195). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch012>
- Rattan, J., & Rattan, V. (2021). The COVID-19 Crisis – the New Challenges Before the Indian Justice and Court Administration System. *International Journal for Court Administration*, 12(2). <https://doi.org/10.36745/ijca.391>
- Reiling, A. D. (2020). Courts and Artificial Intelligence. *International Journal for Court Administration*, 11(2), 8. <https://doi.org/10.36745/ijca.343>
- Reiling, D. (2011). Understanding IT for Dispute Resolution. *International Journal for Court Administration*, 3(2), 34-44. <https://doi.org/10.18352/ijca.61>
- Reiling, D. (2012). Technology in Courts in Europe: Opinions, Practices and Innovations. *International Journal for Court Administration*, 4(2), 11-20. <https://doi.org/10.18352/ijca.75>
- Reiling, D. (2017). Beyond court digitalization with ODR. *International Journal for Court Administration*, 8(2), 1-6. <https://doi.org/10.18352/ijca.225>
- Reiling, D., & Contini, F. (2022). E-Justice Platforms: Challenges for Judicial Governance. *International Journal for Court Administration*, 13(1). <https://doi.org/10.36745/ijca.445>
- Rocha, C. (2021). Success Factors for e-Justice Adoption. In *ISLA 2021 Proceedings*, 12 (p.1-6). <https://aisel.aisnet.org/isla2021/12>
- Romdoni, M., Lussak, A., & Darmawan, I. (2022). Success Factors for Using E-Court in Indonesian Courts. *International Academic Symposium of Social Science 2022*. <http://dx.doi.org/10.3390/proceedings2022082058>
- Rooze, E. (2010). Differentiated Use of Electronic Case Management Systems. *International Journal for Court Administration*, 3(1), 50-60. <https://doi.org/10.18352/ijca.53>
- Rosa, J., Teixeira, C., & Pinto, J. S. (2013). Risk factors in e-justice information systems. *Government Information Quarterly*, 30(3), 241–256. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.02.002>
- Rugeriis, G. D. (2010). The Online Criminal Trial in Italy Seeks an Identity. In *Proceedings of the European Conference on e-Government, ECEG* (pp. 492-499).
- Rusakova, E. P., & Frolova, E. E. (2022). Current Problems of Digital Justice in the BRICS Countries. In A. O. Inshakova & E. E. Frolova (Eds.), *Smart Technologies for the Digitisation of Industry: Entrepreneurial Environment (Smart Innovation, Systems and Technologies, Vol. 254)*. Springer. [https://doi.org/10.1007/978-981-16-4621-8\\_12](https://doi.org/10.1007/978-981-16-4621-8_12)



- Sanders, A. (2021). Video-Hearings in Europe Before, During and After the COVID-19 Pandemic. *International Journal for Court Administration*, 12(2), 3. <https://doi.org/10.36745/ijca.379>
- Sandoval-Almazan, R., & Gil-Garcia, J. R. (2020). Understanding e-Justice and Open Justice Through the Assessment of Judicial Websites: Toward a Conceptual Framework. *Social Science Computer Review*, 38(3), 334–353. <https://doi.org/10.1177/0894439318785957>
- Santuber, J., Abou Refaie, R., & Meinel, C. (2022). Interrogating e-Justice: Lessons from Digitalizing Courts in Chile. In *Conference EGOV-CeDEM-ePart 2022*, September 6-8, 2022, Linköping University, Sweden (Hybrid). <https://ceur-ws.org/Vol-3399/paper5.pdf>
- Sarantis, D., & Askounis, D. (2009). Electronic criminal record in Greece: Project management approach and lessons learned in public administration. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 5(25), 132–146. <https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/197>
- Scognamiglio, F., Sancino, A., Caló, F., Jacklin-Jarvis, C., & Rees, J. (2023). The public sector and co-creation in turbulent times: A systematic literature review on robust governance in the COVID-19 emergency. *Public Administration*, 101(1), 53-70. <https://doi.org/10.1111/padm.12875>
- Seepma, A. P., de Blok, C., & Van Donk, D. P. (2021). Designing digital public service supply chains: Four country-based cases in criminal justice. *Supply Chain Management: An International Journal*, 26(3), 418–446. <https://doi.org/10.1108/SCM-03-2019-0111>
- Shahbazov, I. (2019). Exploring the attitudes of university students and criminal justice professionals towards electronic monitoring in Azerbaijan: A focus group study. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 58, 44–55. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcrj.2019.06.003>
- Shi, C., Sourdin, T., & Li, B. (2021). The Smart Court – A New Pathway to Justice in China?. *International Journal for Court Administration*, 12(1), 4. <https://doi.org/10.36745/ijca.367>
- Silveira, A., & Covelo de Abreu, J. (2018). Interoperability solutions under Digital Single Market: European e-Justice rethought under e-Government paradigm. *European Journal of Law and Technology*, 9(1). <https://ejlt.org/index.php/ejlt/article/view/590>
- Sousa, M., u, D., & Lienhard, A. (2022). E-justice in Switzerland and Brazil: Paths and Experiences. *International Journal for Court Administration*, 13(2), 3. <https://doi.org/10.36745/ijca.368>
- Taal, S., Kolitsi, Z., Velicogna, M., Groustra, J., & Steigenga, E. (2019). Connecting the European e-Justice Community: Towards a New Governance Model for e-CODEX. *Public Sciences & Policies*, 5(1), 33-51. <https://doi.org/10.33167/2184-0644.CPP2019.VVN1/pp.33-51>
- Themeli, E. (2022). The Frontiers of Digital Justice in Europe. In X. Kramer, J. Hoevenaars, B. Kas, & E. Themeli (Eds.), *Frontiers in Civil Justice* (pp. 102-120). <https://doi.org/10.4337/9781802203820.00013>
- Tikhanovich, A. K., Vladimirovich, A., & Aleksandrovna, V. M. (2021). On the Effectiveness of the Digital Legal Proceedings Model in Russia. *Mathematics*, 9(2), 125. <https://doi.org/10.3390/math9020125>

- Tokarev, D. A., Usanova, V. A., Kagalnitskova, N., & Sandalova, V. A. (2019). Development of E-justice in Russia: Modernization of legal regulation and deepening of scientific research. In E. Popkova (Ed.), *Ubiquitous computing and the internet of things: Prerequisites for the development of ICT* (pp. 215–222). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-13397-9\\_25](https://doi.org/10.1007/978-3-030-13397-9_25)
- Trochev, A. (2009). Courts on the web in Russia. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-Justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 196–203). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch013>
- Tyler, M. H. C. (2009). Online dispute resolution. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-Justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 87–96). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-883-3.ch097>
- Valeev, D. K., & Nuriev, A. G. (2019). Unity of judicial power: Development of elements of electronic justice. *Revista Turismo: Estudos e Práticas*, 2, 1–5. <http://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/283/267>
- van den Hoogen, R. (2008). Will E-Justice still be Justice? Principles of a Fair Electronic Trial. *International Journal for Court Administration*, 1(1), 65-73. <https://doi.org/10.18352/ijca.128>
- Velicogna, M. (2014). Coming to Terms with Complexity Overload in Transborder e-Justice: The e-CODEX Platform. In F. Contini & G. Lanzara (Eds.), *The Circulation of Agency in E-Justice*. Springer. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-7525-1\\_13](https://doi.org/10.1007/978-94-007-7525-1_13)
- Velicogna, M. (2017). In search of smartness: The EU e-justice challenge. *Informatics*, 4(4), 38. <https://doi.org/10.3390/informatics4040038>
- Velicogna, M. (2018). E-Justice in Europe: From National Experiences to EU Cross-Border Service Provision. In L. Alcaide Muñoz & M. Rodríguez Bolívar (Eds.), *International E-Government Development*. Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-63284-1\\_3](https://doi.org/10.1007/978-3-319-63284-1_3)
- Velicogna, M., Errera, A., & Derlange, S. (2013). Building e-Justice in Continental Europe: The TeleRecours Experience in France. *Utrecht Law Review*, 9, 38. <https://doi.org/10.18352/ulr.211>
- Velicogna, M., Steigenga, E., Taal, S., Schmidt, A. (2020). Connecting EU jurisdictions: Exploring how to open justice across member states through ICT. *Social Science Computer Review*, 38(3), 274–294. <https://doi.org/10.1177/0894439318786949>
- Voigt, S. (2018). Innovate – Don't Imitate! -ENCJ Research Should Focus on Research Gaps. *International Journal for Court Administration*, 9(3), 47-53. <https://doi.org/10.18352/ijca.279>
- Vries, H., Bekkers, V. J. J. M., & Tummers, L. G. (2015). Innovation in the Public Sector: A Systematic Review and Future Research Agenda. *Public Administration*, 94(1), 146-166. <https://doi.org/10.1111/padm.12209>
- Vucheva, M., Rocha, M., Renard, R., & Stasinopolous, D. (2020). *Study on the use of innovative technologies in the justice field*. <https://doi.org/10.2838/585101>
- Vuyst, B., & Fairchild, A. (2006). The Phenix project: A case study of e-justice in Belgium. In M. S. Fox & B. Spencer (Eds.), *ICEC'06: Proceedings of the 8th International Conference on Electronic Commerce: The New e-Commerce: Innovations for Conquering Current Barriers, Obstacles and Limitations to Conducting Successful*



- Business on the Internet* (pp. 327–333). ACM.  
<https://doi.org/10.1145/1151454.1151509>
- Wallace, A. (2009). E-justice: An Australian perspective. In A. Martínez & P. Abat (Eds.), *E-justice: Using information communication technologies in the court system* (pp. 204–228). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-998-4.ch014>
- Wallace, A. (2017). The Impact of Technology on Courts. *International Journal for Court Administration*, 8(2), 1. <https://doi.org/10.18352/ijca.236>
- Wallace, A. (2019). Ten Questions for Dory Reiling - Developing IT for Courts. *International Journal for Court Administration*, 10(1), 1-3. <https://doi.org/10.18352/ijca.293>
- Wallace, A., & Laster, K. (2021). Courts in Victoria, Australia, During COVID: Will Digital Innovation Stick? *International Journal for Court Administration*, 12(2), 9. <https://doi.org/10.36745/ijca.389>
- Wallace, A., & Rowden, E. (2009). Gateways to Justice: The Use of Videoconferencing Technology to Take Evidence in Australian Courts. In Proceedings of the 9th European Conference on e-Government. University of Westminster Business School, London, England.
- Warren, M. (2014). Open justice in the technological age. *Monash University Law Review*, 40(1), 45–58. [https://www.monash.edu/\\_data/assets/pdf\\_file/0009/139842/warren.pdf](https://www.monash.edu/_data/assets/pdf_file/0009/139842/warren.pdf)
- Wienrich, C., Fries, L., & Latoschik, M. (2022). Remote at Court: Challenges and Solutions of Video Conferencing in the Judicial System. In Proceedings of the 3rd International Conference on Design, Operation and Evaluation of Mobile Communications. 24th International Conference on Human-Computer Interaction (HCI). [https://doi.org/10.1007/978-3-031-05014-5\\_8](https://doi.org/10.1007/978-3-031-05014-5_8)
- Yavuz, N., Karkin, N., & Yildiz M. (2022). E-Justice: A Review and Agenda for Future Research. In Y. Charalabidis, L. S. Flak & G. V. Pereira (eds), *Scientific Foundations of Digital Governance and Transformation: Concepts, Approaches and Challenges* (385-414). [https://doi.org/10.1007/978-3-030-92945-9\\_15](https://doi.org/10.1007/978-3-030-92945-9_15)
- Yavuz, N., Karkin, N., Yildiz, M., Charalabidis, Y., & Flak, L. S. (2022). E-Justice: A Review and Agenda for Future Research. In C. Yannis, L. S. Flak, G. V. Pereira (Eds.), *Scientific Foundations of Digital Governance and Transformation: Concepts, Approaches, and Challenges* (pp.385-414). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-92945-9\\_15](https://doi.org/10.1007/978-3-030-92945-9_15)
- Yu, J. (2021). Citizen adoption of e-justice services: An empirical research in China. In *A/ISS 2021*, November 26–28, 2021, Sanya, China. Association for Computing Machinery. <https://doi.org/10.1145/3503047.3503061>
- Yu, J., & Xia, J. (2020). E-justice evaluation factors: The case of smart court of China. *Information Development*. <https://doi.org/10.1177/0266666920967387>
- Zelevnikow, J. (2017). Can Artificial Intelligence and Online Dispute Resolution enhance efficiency and effectiveness in Courts. *International Journal for Court Administration*, 8(2), 30-45. <https://doi.org/10.18352/ijca.223>
- Zelevnikow, J., & Esteban de la Rosa, F. (2021). Artificial Intelligence as a New Component of the Justice System: How it creates New Possibilities, but has Limitations especially with regards to Governance. In F. E. de la Rosa, J. M. Gil Ruiz, L. M. Hinojosa Martínez, A. Orti Vallejo, S. A. Sánchez Lorenzo, & J. Vals Prieto (Eds.), *Justice*,

*Trade, Security, and Individual Freedoms in the Digital Society* (pp. 59-101).  
<http://hdl.handle.net/10481/71641>

